

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MANUFATURADOS

Deusenir de Moura Santos ¹ Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira ²

1 – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCA – Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi 2911 – Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos – SP.
Rua Conselheiro Lafaiete, 16 Bosque dos Eucálptos-12.233-560
e-mail: deuseny@aol.Com

2 – Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos – SP e-mail: edson@vdr.cta.br

Palavras-chave: Exportação, Manufaturados, Plano Real

Área de Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas

Resumo: A introdução do Plano Real, trouxe profundas alterações para a política comercial brasileira. A supervalorização do real encareceu os produtos brasileiros no exterior, dificultando as exportações. Diante deste contexto, o Brasil teve que intensificar as medidas fiscais de incentivo às exportações, visando compensar a menor competitividade relativa de alguns setores da produção nacional, fazendo com que as empresas brasileiras pudessem oferecer produtos com preços competitivos no mercado internacional. Paralelamente a estas medidas fiscais, o Brasil procurou estimular o uso de outros mecanismos de financiamento das exportações. O objetivo deste trabalho é apresentar as principais aspectos relacionados à exportação de produtos manufaturados no Brasil. Para a realização deste estudo serão necessários livros especializados, revista econômica e sites sobre o assunto.

Introdução

Até fins do século XIX, a economia brasileira era essencialmente agrária e exportadora. Na região amazônica, produzia-se e se exportava borracha. No norte e nordeste, açúcar, algodão, fumo e cacau dominavam (FURTADO, 1985).

No Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, o café ocupava o primeiro lugar. No Rio Grande do Sul produzia-se couro, pele, mate e se exportava para outras regiões do Brasil o charque (FURTADO, 1985).

Porém, no final do século XIX, esse quadro dominado pela economia agroexportadora começou a se transformar. Entre 1886 e 1894, a industrialização ganhou impulso, embora a sua origem fosse anterior a 1880.

Contudo, o surgimento e o desenvolvimento das indústrias estiveram intimamente

relacionados ao desempenho daquela economia primário-exportadora. Isso até a crise de 1929, quando então a economia agroexportadora foi superada pela industrialização, que passou a ocupar o centro vital da economia.

A industrialização não ocorreu em todo o país simultaneamente e com a mesma intensidade. O seu pólo dinâmico situava-se no sudeste, particularmente em São Paulo, onde se localizava a mais poderosa economia exportadora: a cafeicultura (FURTADO, 1985).

A economia cafeeira paulista desenvolvendo-se no contexto da transição do trabalho escravo para o livre, e com ampla possibilidade de expansão nas terras férteis do Oeste, converteu-se na mais próspera das economias agroexportadoras. E, por essa razão, foi ali que a industrialização desenvolveu-se mais rapidamente.

De início, a industrialização fazia parte da economia cafeeira, ou melhor, do "complexo cafeeiro", pois a produção e a exportação do café dependiam de uma complexa organização de fatores. Além da esfera propriamente de sua produção, o complexo incluía ainda o seu processamento, um sistema de transporte (ferrovias), comércio de importação e exportação, bancos e, por fim, indústrias.

O processo de industrialização, por isso, acompanhou o ritmo do setor exportador - não apenas cafeeiro. Em momentos de expansão, os investimentos industriais aumentavam, e se contraíam em momentos de retração do mercado internacional.

Até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Estado não adotou nenhuma política de estímulo à industrialização. No entanto, ela era estimulada direta ou indiretamente quando o governo aumentava as tarifas alfandegárias e, sem o pretender, acabava protegendo as indústrias da concorrência estrangeira, ou quando desvalorizava a moeda nacional desestimulando as importações, ou então quando adotava as duas medidas ao mesmo tempo. A indiferença do governo em relação à industrialização tinha a ver com o modelo econômico agroexportador que o Brasil herdara da colônia. Segundo esse modelo, o Brasil exportava produtos tropicais e, em troca, importava produtos manufaturados.

Essa tradição persistiu na economia cafeeira e, como viu-se anteriormente, o fazendeiro, através de seu comissário, realizava compras para si e para os escravos nas grandes casas importadoras, que forneciam a quase totalidade dos produtos de consumo de origem industrial. Portanto, segundo o modelo agroexportador não havia necessidade de desenvolver a industrialização. Contudo, a produção em pequena escala de produtos manufaturados estava disseminada pelo Brasil em pequenas oficinas artesanais (FURTADO, 1985).

O primeiro passo no sentido da industrialização foi dado com a substituição dessa pequena produção por unidades industriais maiores. E isso começou a acontecer no final da década de 1870, quando então a abolição da escravatura

encontrava-se na ordem do dia e a solução imigrantista começou a ser considerada como alternativa.

No bojo desse processo, alterou-se também a estrutura do mercado, com a gradual eliminação do comissário como intermediário no comércio exportador/importador: os exportadores (estrangeiros) foram direto aos produtores e os importadores espalharam representantes pelo interior.

Com as poderosas casas importadoras controlando o mercado, agora em contato direto com os consumidores, estava claro que o desenvolvimento industrial só seria viável se contasse com uma rede de distribuição do mesmo tipo. Dessa situação, saíram duas soluções: a primeira foi a dos próprios importadores montando indústrias, e a segunda, a dos industriais criando as suas redes comerciais, dando origem aos importadores-industriais e industriais-comerciantes, respectivamente.

Na opinião de alguns estudiosos, os industriais saíram da fileira dos cafeeiros. Estudos mais recentes, entretanto, mostraram que a burguesia industrial era constituída principalmente, embora não exclusivamente, pelos imigrantes.

Análise das Exportações de Produtos Manufaturados

Entre 1964 e 1966, o Brasil exportava uma média anual de 260 milhões de dólares de manufaturados. Seus empresários ainda não dispunham de lastro para honrar os volumosos pedidos feitos pelos importadores. Faltava-lhes tradição e até audácia para enfrentar a competição em mercados mais exigentes. Faltava, principalmente, a cobertura dos incentivos fiscais, que começavam a ser implantados (VEJA, 1997).

Desde essa época, a máquina oficial começou a despejar uma legislação generosa que empurrava o industrial para o exterior. "Hoje, o exportador só paga o frete. O resto fica por conta do governo", diz, com algum exagero, um agenciador de exportações.

Entre 1960 e 1963, o Brasil exportava por ano uma média de 39 milhões de

manufaturados, atualmente, 1 bilhão. Esse salto é resultado da proteção dada aos empresários através dos incentivos.

O Brasil já utilizou, com sucesso, os mais diferentes tipos de incentivos fiscais e financeiros para promover suas exportações. Sem dúvida, em razão de tais incentivos é que o País alavancou suas exportações de manufaturados, que passaram a ocupar lugar significativo na pauta de exportações, superando os produtos primários.

Dentre os incentivos fiscais criados na década de setenta, sobressai o instituído pelo Decreto-lei nº 1.189, de 24 de setembro de 1971, pelo seu baixo custo e resultados positivos. Esse incentivo corresponde à isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) de bens importados em valor não superior a 10% (dez por cento) do incremento das exportações verificado no ano-base, em relação ao ano anterior.

Cumprido ressaltar que a empresa só pode utilizar o incentivo depois que tiver realizado investimentos e efetuado as exportações. Não se trata de receber incentivo em razão de uma promessa a ser cumprida: é um prêmio que busca auxiliar a redução dos custos de produção das empresas que se dispuserem a enfrentar dificuldades para concorrer no mercado externo. E os bens que importar, por força do incentivo, certamente contribuirão para ajudá-la em novas exportações, para sua manutenção no concorrido mercado externo, bem como para redução dos preços dos produtos lançados no mercado interno.

Assim, pelo alcance que representa no estímulo às exportações, ao investimento, à criação de empregos e à redução de custos de produção, é que estamos propondo a instituição deste incentivo, cujos resultados já foram comprovados na prática.

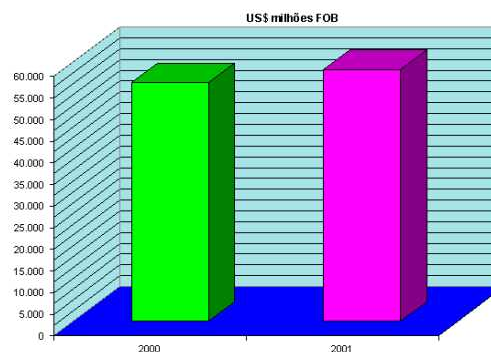
Deste modo, a retomada do crescimento da economia brasileira não pode prescindir dos investimentos voltados para a exportação e do aumento dos saldos positivos da balança comercial.

Em 1999, diversos fatores explicam o baixo desempenho das exportações. Em primeiro lugar estaria a desvalorização da moeda que

levou a redução das exportações que somente após um certo tempo voltou a crescer. Outro possível problema seria a ausência de um efeito direto do nível do comércio mundial sobre as exportações industriais, pois como se sabe, o modelo utilizado o comércio mundial afeta a evolução do quantum de exportações industriais apenas indiretamente, através dos preços de exportação. O fraco desempenho de 1999 também pode ser explicado pela alta das importações.

O problema, mas grave porém, está relacionado a crise cambial brasileira sobre os demais países da América Latina. Ao desencadear os fluxos de capital para países emergentes e elevar a competitividade dos produtos brasileiros, propiciou-se a desaceleração econômica gerando a redução do mercado para produtos exportados pelo país. Um exemplo seria a evolução da economia argentina que afetou negativamente o desempenho exportador brasileiro nos últimos anos, levados pelos resultados da desvalorização cambial de 1999, mais recentemente com a desvalorização de 2001.

O Brasil exportou US\$ 4.346 milhões FOB em dezembro de 2001 contra US\$ 4.659 milhões FOB em dezembro de 2000, o que representou uma queda de 6,71%. No ano de 2001, as exportações atingiram US\$ 58.223 milhões FOB, crescendo 5,69% até igual período do ano anterior, superando os obstáculos da desaceleração da economia norte-americana, da retração de mercados como a Argentina e a União Européia e da grave crise energética brasileira que exigiu redução de 20% no consumo de energia elétrica.



Fonte: SECEX

Analisando o gráfico, sabe-se que o desempenho anual das exportações é creditado à continuidade no crescimento das vendas para os Estados Unidos, à gradual abertura de novos mercados - com destaque para a China, em consequência da sua entrada na OMC - e à característica contracíclica das exportações que crescem em períodos de retração da demanda interna.

O crescimento das vendas externas decorreu de dois fatores: o dinamismo do setor agropecuário, com destaque para a expansão continuada da safra de grãos que atingiu o patamar de 97,4 milhões de toneladas (14,4 milhões de toneladas acima do ano anterior); e a expansão de 14,1% dos bens de capital que lideraram o crescimento de 2,1% da produção industrial.

A desvalorização cambial também explica o bom desempenho das exportações. O real experimentou sucessivas desvalorizações ante o dólar americano em 2001, pressionado por dois fatores que contraíram os fluxos de capitais externos: o primeiro, a restrição de acesso ao crédito externo (a deterioração do cenário internacional influenciou negativamente a captação de recursos via bônus); o segundo, a redução do investimento direto, consequência da diminuição dos processos de privatização, de fusões e de aquisições (nos primeiros onze meses do ano os ingressos de investimento direto registraram queda de 31,11% ante o ano anterior).

O programa de "stand-by" solicitado ao FMI resultou em recursos externos adicionais (US\$ 10 bilhões) para o Banco Central intervir no mercado de câmbio, o que impediu maior desvalorização do real.

Essa tendência se reverteu quando o saldo positivo das contas externas, a ampliação do diferencial entre a taxa de juros interna e a externa - devido à persistente queda na "prime rate" (a taxa básica de juros dos Estados Unidos), enquanto que a Selic (a taxa básica de juros anual brasileira) permanecia no elevado patamar, 19%, e o descolamento do risco Brasil em relação ao risco Argentina contribuiu para apreciar a taxa de câmbio.

Contudo, essa apreciação cambial beneficiou a política fiscal ao diminuir o déficit público, porque parte importante da dívida interna está indexada em moeda estrangeira.

Outro fator não menos importante para explicar o dinamismo das exportações foi os incentivos fiscais e/ou financeiros que foram objetos das seguintes medidas provisórias: 2.034-46/00, de 23/11/2000 (concessão de financiamentos vinculados à exportação); 2.037-24/00, de 24/11/00 (isenção de Cofins para a exportação); 2.062-61/00 (redução para zero da alíquota do imposto de renda); e 2.132-40/00 (regime aduaneiro especial para industrialização por encomenda).

Contudo, houve menor utilização dos incentivos denominados "drawback-suspensão" e "proex-equalização", que registraram queda de 19,97% e de 45,34%, respectivamente.

O desempenho das exportações contribuiu para a recuperação da economia, apesar das práticas protecionistas de alguns países industrializados e de fatores limitativos como o desenvolvimento tecnológico, que substituiu as matérias-primas tradicionais, o peso do serviço da dívida externa e os planos de ajuste estrutural negociados com o FMI.

O ritmo de crescimento das exportações de manufaturados foi também limitado pela retração nas vendas para a Argentina, o segundo maior comprador de produtos brasileiros e pelas operações das empresas transnacionais instaladas no país. As transações internacionais são em sua maioria constituídas por operações intrafirmas sob regime de preços administrados e tendem a ser realizadas em detrimento dos países mais dependentes.

O comércio intrafirmas teve um papel relevante no acréscimo das exportações brasileiras de automóveis. A oferta externa de automóveis foi dirigida para os Estados Unidos, não obstante a desaceleração econômica ocorrida naquele país.

Dados do SECEX de 2003 mostram que até outubro, os manufaturados registraram exportações de US\$ 32,3 bilhões, com aumento de 19,3%, os básicos somaram US\$ 17,9 bilhões e cresceram 25% e os

semimanufaturados, US\$ 9,1 bilhões, com 23,6%.

O crescimento dos manufaturados deu-se, exclusivamente, em razão do aumento do volume nos embarques, pois os preços registraram queda.

Os principais produtos exportados foram: transportes, aparelhos celulares, soja, metalúrgicos, petróleo, químicos, carnes, máquinas e equipamentos, minérios, materiais elétricos, papéis e celulose, calçados e couros.

O desempenho das exportações de produtos manufaturados, com 54,3% do total das exportações brasileiras. De acordo com o secretário, essa foi a categoria de produtos que mais contribuiu para o aumento das exportações, em relação ao ano passado.

Segundo Ivan Ramalho os produtos manufaturados, tiveram um crescimento de 20% exclusivamente do aumento das quantidades exportadas, ou seja, novos negócios, novos mercados, uma vez que os preços se mantiveram estáveis. A expectativa é de que o acordo entre o Mercosul e a União Européia possa permitir um aumento nas exportações.

Conclusão

Em um regime de câmbio flutuante, os incentivos à exportação tem efeito limitado, porém apesar da desvalorização, as exportações apresentaram aumento principalmente nos produtos manufaturados. Se o governo e a iniciativa privada agissem de forma mais empreendedora, o Brasil teria resultados positivos e melhores no mercado internacional de exportações.

As exportações dos manufaturados fará com que haja aumento do capital quando neles se exercem muitas e variados serviços, que produzem bens necessários, cômodos ou agradáveis aos homens, uma quantidade que exceda a necessidade do país.

A comercialização dos produtos manufaturados é mais segura do que a dos outros produtos, em consequência, o ganho é mais certo.

Referências Bibliografias

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 20^a ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

Secex disponível em [http://www.secex.com.br] acessado em 25/05/2004.

Banco Central do Brasil disponível em [http://www.bcb.com.br] acessado em 20/05/2004

Revista Veja disponível em [http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/290999] acessado em 20/05/2004.